

# **Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Semestre e Exercício  
Findos em 31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>1</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>3</b>
<b>Demonstração de resultado</b>	<b>4</b>
<b>Demonstração dos resultados abrangentes</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>7</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>8</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

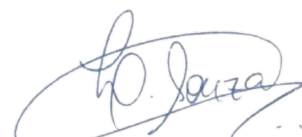
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de abril de 2023

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Luana de Melo Souza  
Contadora  
CRC nº 1 SP 292386/O-2

**Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
**Balanco patrimonial**



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Passivo	Nota explicativa	Dezembro 2022	Dezembro 2021
<b>Circulante</b>		<u>26</u>	<u>107</u>	<b>Circulante</b>		<u>244</u>	<u>199</u>
Disponibilidades	4	<u>13</u>	<u>96</u>	<b>Outras obrigações</b>		<u>244</u>	<u>199</u>
Outros créditos	6	<u>13</u>	<u>11</u>	Obrigações fiscais e previdenciárias correntes	9.a	1	1
Diversos		13	11	Diversos	9.b	243	198
<b>Não circulante</b>		<u>783</u>	<u>758</u>	<b>Não circulante</b>		<u>-</u>	<u>5</u>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>741</u>	<u>687</u>	<b>Outras obrigações</b>		<u>-</u>	<u>5</u>
Carteira própria		741	687	Provisões	9.b/ 10	-	5
Outros créditos	6	<u>42</u>	<u>71</u>	<b>Patrimônio líquido</b>		<u>566</u>	<u>673</u>
Diversos		42	71	Capital social	12	1.795	1.795
<b>Permanente</b>		<u>1</u>	<u>12</u>	Outros resultados abrangentes		(48)	(43)
<b>Imobilizado de uso</b>		<u>1</u>	<u>1</u>	Prejuízos acumulados		(1.181)	(1.079)
Imobilizações de uso		56	56				
(-) Depreciação acumulada		(55)	(55)				
<b>Intangível</b>		<u>-</u>	<u>11</u>				
Ativos intangíveis		141	141				
(-) Amortização acumulada		(141)	(130)				
<b>Total do ativo</b>		<u><u>810</u></u>	<u><u>877</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>810</u></u>	<u><u>877</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
**Demonstração do resultado**



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por quota)

	Nota explicativa	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>31</b>	<b>60</b>	<b>30</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	31	60	30
<b>Resultado da intermediação financeira</b>		<b>31</b>	<b>60</b>	<b>30</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(78)</b>	<b>(162)</b>	<b>(245)</b>
Receitas de prestação de serviços		-	-	2
Despesas de pessoal		-	(2)	(1)
Despesas administrativas	12	(52)	(125)	(167)
Despesas tributárias	13	(32)	(65)	(79)
Outras receitas operacionais	14	6	30	11
Outras despesas operacionais		-	-	(11)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(47)</b>	<b>(102)</b>	<b>(215)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>(47)</b>	<b>(102)</b>	<b>(219)</b>
Imposto de renda / Contribuição social	10	-	-	-
<b>Prejuízo no semestre / exercício</b>		<b>(47)</b>	<b>(102)</b>	<b>(219)</b>
<b>Quantidade de quotas</b>		<b>728.659.580</b>	<b>728.659.580</b>	<b>728.659.580</b>
<b>Prejuízo por quota - R\$</b>		<b>(0,0001)</b>	<b>(0,0001)</b>	<b>(0,0003)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
**Demonstração do resultado abrangente**



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de reais)*

	<b>2º semestre 2022</b>	<b>Exercício 2022</b>	<b>Exercício 2021</b>
<b>(Prejuízo) líquido do semestre / exercício</b>	(47)	(102)	(219)
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	15	(5)	(43)
<b>Resultado abrangente do semestre / exercício</b>	<u>(32)</u>	<u>(107)</u>	<u>(262)</u>
Atribuível aos sócios cotistas da Empresa	(32)	(107)	(262)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>		<u>1.095</u>	<u>-</u>	<u>(860)</u>	<u>235</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(43)	-	(43)
Aumento do Capital Social (aprovado pelo Banco Central em 05/07/2021)	11	700	-	-	700
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(219)	(219)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<u>1.795</u>	<u>(43)</u>	<u>(1.079)</u>	<u>673</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>		<u>1.795</u>	<u>(43)</u>	<u>(1.079)</u>	<u>673</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(5)	-	(5)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(102)	(102)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<u>1.795</u>	<u>(48)</u>	<u>(1.181)</u>	<u>566</u>
<b>Saldo em 1º de julho de 2022</b>		<u>1.795</u>	<u>(63)</u>	<u>(1.134)</u>	<u>598</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	15	-	15
Prejuízo líquido do semestre		-	-	(47)	(47)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<u>1.795</u>	<u>(48)</u>	<u>(1.181)</u>	<u>566</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto**



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
<b>Prejuízo no semestre / exercício</b>		<u>(47)</u>	<u>(102)</u>	<u>(219)</u>
<b>Ajustes para conciliar o resultado líquido do semestre / exercício</b>				
Depreciações e amortizações	12	4	12	15
Outros		-	-	4
<b>Prejuízo ajustado</b>		<u>(43)</u>	<u>(90)</u>	<u>(200)</u>
<b>Variações de Ativos e Passivos</b>				
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(31)	(59)	74
Redução/ (Aumento) em outros créditos		2	27	(596)
(Aumento) em outros valores e bens		34	-	-
Aumento em outras obrigações		31	39	86
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<u>(7)</u>	<u>(83)</u>	<u>(636)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital	11	-	-	700
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>700</u>
<b>(Redução) Aumento de caixas e equivalentes de caixa</b>		<u>(7)</u>	<u>(83)</u>	<u>64</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício		20	96	32
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / exercício		13	13	96
<b>(Redução) Aumento de caixas e equivalentes de caixa</b>		<u>(7)</u>	<u>(83)</u>	<u>64</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da quota)*

### **1 Contexto operacional**

A Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., anteriormente denominada L.L.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., (“Distribuidora”), tem como principal cotista o Banco Andbank Brasil S.A., e foi constituída em 03 de junho de 1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 1992.

A Distribuidora é uma sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 8º andar. Concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Durante o terceiro trimestre de 2013, foi iniciada a atividade de intermediação de renda fixa via custódia própria.

Em 16 de dezembro de 2014, o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco”) com objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. Com isso a Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Em 06 de junho de 2016 o Banco adquiriu 99,99% das ações Andbank Financeira Ltda. (antiga controladora da Distribuidora).

Face à reorganização societária, em 15 de fevereiro de 2019, a Distribuidora incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios da Distribuidora, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considerou a migração de suas atividades operacionais para o seu atual controlador, o Banco Andbank Brasil S.A. Esse plano de negócios está em vigor desde 2018, com a transferência dos serviços de intermediação e custódia para o Banco Andbank Brasil S.A. Desde a findada migração da carteira, a Distribuidora encontra-se sem atividades.

Em 06 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco Andbank”), Andbank DTVM Ltda. (“Andbank DTVM”), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. (“Andorra Banc”) e, do outro lado, Creditas Financial Solutions, LLC (“Creditas LLC”) firmaram contrato de compra e venda de ações. Os principais eventos desse contrato foram os seguintes:

- a) Transferência do controle acionário do Banco Andbank para Creditas LLC, mediante a entrega de ações da Creditas Financial Solutions Ltd ao Andorra Banc;
- b) Opção de venda detida pela Creditas LLC de 100% das quotas da Andbank DTVM à Andorra Banc que, se não exercida, dará a opção de compra por Andorra Banc de 75% das quotas da Andbank DTVM;
- c) Reestruturação societária para transferência do business de private banking do Banco Andbank à Andbank DTVM; e
- d) Prestação de serviço entre Andbank DTVM e o Grupo Creditas no Brasil.

O fechamento da operação de compra e venda das ações estará condicionada à aprovação das autoridades relevantes, incluindo o Banco Central do Brasil (BACEN), a Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), entre outras condições precedentes.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), publicou no Diário Oficial da União, sua aprovação da operação em 15 de agosto de 2022.

Em 28 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da AFA (“Autoritat Financera Andorrana”) concedeu autorização prévia sem oposição para a realização da venda do Banco Andbank (Brasil), S.A. e da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Nesse contexto e, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio aprovado e, em suportar o Grupo no Brasil com eventuais aportes de capital, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade da Distribuidora.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologadas pelo Banco Central do Brasil, as normas aprovadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e depreciação do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa essas estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional e foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2023.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

#### 3.1.1 *Apuração do resultado*

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e computados sobre os ativos e passivos indexados.

#### 3.1.2 *Caixa e equivalentes de caixa*

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### 3.1.3 *Aplicações interfinanceiras de liquidez*

As aplicações interfinanceira de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras.

#### 3.1.4 *Títulos e valores mobiliários*

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários quando aplicável; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

### **3.2 Imobilizado de uso**

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança – 20% ao ano.

### **3.3 Intangível**

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil. O intangível é representado por aquisição de sistemas informatizados, sendo amortizado à alíquota de 20% ao ano.

### **3.4 Impostos**

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observado que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Em 01 de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (convertida em Lei nº 14.183 em 14 de julho de 2021) que altera a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando para a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2022. Em 28 de abril de 2022 foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, em que a CSLL para as distribuidoras de valores mobiliários foi majorada em 1% (16%), para o período-base compreendido entre 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

### **3.5 Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos semestres demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

### 3.6 **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do semestre. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

Não foi identificado qualquer evento na Distribuidora que justificasse provisão de perdas por *impairment* para os ativos não financeiros.

### 3.7 **Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

### 3.8 **Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

### 3.9 **Alterações de normas contábeis**

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- CPC 00 - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12 e revogado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08 e revogado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11 e revogado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 41 - Resultado por ação – homologado pela Circular nº 3.959/19 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20. A Dtm adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º. Da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, a Dtm não adotou este pronunciamento.
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.748/19; e
- CPC 47 – Reconhecimento de receita - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras da Distribuidora.

#### Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Norma	Vigência
CPC 06 (R2) – Arrendamentos – homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21 (i)	01/01/2025
Resolução CMN nº 4.966 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge. (ii)	01/01/2025

- (i) Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.
- (ii) O Banco Central ainda emitirá normas complementares. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.

## 4. Disponibilidades

As disponibilidades estão compostas da seguinte forma:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Disponibilidades em moeda nacional	13	96
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>96</b>

## 5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os títulos e valores mobiliários estavam assim compostos:

	Dezembro 2022			Dezembro 2021		
	Custo Atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a Mercado	Custo Atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a mercado
<b><u>Títulos disponível para venda</u></b>						
<u>Carteira própria:</u>						
Letras do tesouro nacional (*)	789	741	(48)	730	687	(43)
<b>Total</b>	<b>789</b>	<b>741</b>	<b>(48)</b>	<b>730</b>	<b>687</b>	<b>(43)</b>

(\*) Prazo de vencimento superior a 360 dias.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários.



Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

- Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo.
- Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs.
- Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2022		31/12/21	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
<b><u>Títulos disponíveis para venda</u></b>	<b>741</b>	<b>741</b>	<b>687</b>	<b>687</b>
Letras do tesouro nacional	741	741	687	695

Em 31 de dezembro de 2022 o resultado com títulos e valores mobiliários é de R\$ 60 (R\$ 30 em 2021).

## 6. Outros créditos

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Valores a receber - partes relacionadas (Nota 7)	13	11
Ativos fiscais correntes	42	71
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>82</b>
Ativo circulante	13	11
Ativo não circulante	42	71

## 7. Partes relacionadas

A Distribuidora possui como controladora direta o Banco Andbank Brasil S.A. e o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas da Distribuidora por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.

São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva. A estrutura administrativa das empresas do grupo Andbank é compartilhada, dessa forma, esses administradores recebem uma remuneração global paga e registrada no Banco Andbank Brasil S.A., onde substancialmente suas atividades são dedicadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 essa remuneração foi de R\$ 829 (R\$ 844 em 2021).

A Distribuidora manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

#### Sociedades ligadas

	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
<b>ANDBANK Corretora de Seguros de Vida Ltda.</b>				
Valores a receber (i)	1	23	1	7
<b>ANDBANK Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.</b>				
Valores a receber (i)	7	56	1	24
Valores a pagar (i)	-	(2)	-	-
<b>Banco Andbank Brasil S.A</b>				
Valores a receber (i)	5	59	9	91
Valores a pagar (i)	(197)	(29)	(159)	(5)
<b>Total a receber - Outros créditos - Diversos</b>	<b>13</b>	<b>138</b>	<b>11</b>	<b>122</b>
<b>Total a pagar - Outras obrigações – Diversas</b>	<b>(197)</b>	<b>(31)</b>	<b>(159)</b>	<b>(5)</b>

(i) Refere-se a rateio de despesas administrativas.

## 8. Outras obrigações

### a. Diversos

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 7)	197	159
Provisão para riscos fiscais (Nota 9)	-	5
Serviços técnicos especializados	37	33
Fornecedores	10	6
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>203</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>244</b>	<b>198</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>5</b>

## 9. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

A Distribuidora foi parte em um processo administrativo perante ao órgão governamental, à qual contestava administrativamente a exigência de pagamentos de valores de contribuições ao PIS, referentes ao período de janeiro a dezembro de 1998. Em 31 de dezembro de 2021 o valor era de R\$ 5. Em setembro de 2022 houve a reversão de provisão para esse processo.

### Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

A Distribuidora possui contingência fiscal avaliada por nossos assessores jurídicos como perda possível, no valor de R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1 em 2021).

## 10. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>2º semestre</u> <u>2022</u>	<u>Dezembro</u> <u>2022</u>	<u>Dezembro</u> <u>2021</u>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(47)</b>	<b>(102)</b>	<b>(219)</b>
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 3.4)	19	41	88
<b>(Inclusões) Exclusões Permanentes</b>	<b>(2)</b>	<b>(4)</b>	<b>(4)</b>
Outras despesas não dedutíveis	(2)	(4)	(4)
<b>(Inclusões) Exclusões Temporárias</b>	<b>0</b>	<b>(64)</b>	<b>(42)</b>
Provisões para pagamentos	(12)	(62)	(46)
Reversão de provisão para contingência fiscal	12	(2)	4
<b>Efeito do diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa não constituído</b>	<b>(17)</b>	<b>27</b>	<b>(42)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto corrente	=	=	=
Imposto diferido	=	=	=

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$542 (R\$ 506 em 2021), em razão da incerteza quanto à sua realização.

## 11. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 o Capital Social está representado por 728.659.580 (setecentos e vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta) quotas de R\$ 0,01 cada uma (728.659.580 em 31 de dezembro de 2021), totalmente subscritas e integralizadas. A composição do capital social está distribuída por 99,9969% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0031% Andorra Banc Agrícola Reig S.A

Em 23 de junho de 2021, foi deliberado o aumento de capital do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda através da emissão de 619.166.578 novas quotas, totalizando um aumento de R\$ 700. Com o aumento, o capital social passou de R\$ 1.095 para R\$ 1.795. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 5 de julho de 2021.

## 12. Despesas administrativas

	2º semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Despesas de serviços técnicos especializados	(37)	(70)	(98)
Despesas de processamento de dados	(5)	(17)	(3)
Despesas com publicações (i)	-	(9)	(49)
Despesas com depreciação e amortização	(4)	(12)	(15)
Despesas com aluguel	(2)	(7)	(1)
Outras (ii)	(4)	(10)	(1)
<b>Total</b>	<b>(52)</b>	<b>(125)</b>	<b>(167)</b>

- (i) A reversão de provisão com publicação está registrada em Outras Receitas Operacionais.  
(ii) Inclui despesa com associação de classe no valor de R\$ 8.

## 13. Despesas tributárias

	2º semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Despesas de taxas CVM	(30)	(61)	(77)
Despesas de Pis/COFINS	(2)	(4)	(2)
<b>Total</b>	<b>(32)</b>	<b>(65)</b>	<b>(79)</b>

## 14. Outras receitas operacionais

	2º semestre 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Reversão de despesas com publicações	-	24	-
Reversão de contingências fiscais	5	5	11
Outros	1	1	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>30</b>	<b>11</b>

## 15. Outras informações

Em 08 de Janeiro de 2015 a Andbank Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado econômico onde o Banco Andbank Brasil S.A. é o líder e por decisão do Banco Central do Brasil, com base em atos estatutários, a Distribuidora foi dispensada de enviar as informações de limites operacionais, sendo de responsabilidade do Banco líder do conglomerado informar as posições consolidadas. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 31,63% (43,93% em 2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Capital Principal antes das deduções	519.502	319.675
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(240.044)	(226.985)
Patrimônio de Referência (PR)	279.458	92.690
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(208.787)	(75.813)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	70.671	16.877

## **16. Estrutura de gerenciamento Contínuo e Integrado de riscos**

A estrutura de gerenciamento de riscos da Distribuidora considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

### **• Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas da Distribuidora aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional a Distribuidora optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

### **• Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Distribuidora. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos pra conhecimento da Diretoria da Distribuidora.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Gestão de Capital**

O processo de gerenciamento de Capital da Distribuidora leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Divulgação das informações relativas à gestão de riscos**

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional;
- b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital
- c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3;
- d) Formulário de referência; e
- e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

## **17. Ouvidoria**

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.433 de 23 de julho de 2015.

## **18. Benefícios Pós Emprego**

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

\* \* \*